

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Autora: Monize Cruz Gonçalves

Orientador: Prof Dr. Alberio Neves Filho

**TÍTULO : O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO
PERIFÉRICO BRASILEIRO**

Franca
2025

MONIZE CRUZ GONÇALVES

**TÍTULO : O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO
PERIFÉRICO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) , campus de Franca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Orientador(a): Prof Dr. Alberio Neves Filho

FRANCA

2025

G635p

Gonçalves, Monize Cruz

O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DO
SUJEITO PERIFÉRICO BRASILEIRO / Monize Cruz Gonçalves. --
Franca, 2025

42 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientador: Alberio Neves Filho

1. Periferia. 2. Identidade. 3. Interseccionalidade. 4. Desigualdade
social. 5. Sujeito periférico. I. Título.

DEDICATÓRIA :

*“território é o que carrego em mim
e me transporta
para onde eu vim “*

Lande Onawale

Para construir um futuro é preciso lembrar da onde viemos. Essa mensagem me guiará para sempre, e, àqueles que nunca deixaram de esquecer que o lugar de onde eu vim fez parte da construção da pessoa que sou hoje, dos mais doloridos como as cicatrizes, aos laços e afetos cultivados e tatuados em minha pele. Dedico este texto à Lilian, Everson, Benedicta, Nadia, e Sebastiana Mariana porque mesmo que alguns deles apenas em memória, regaram, cuidaram e trataram das sementes que foram se cultivando, florescendo, se adubando e mantendo de pé a autora que lhes escreve.

AGRADECIMENTOS:

Este texto existe porque aqueles que conheci ao longo da jornada me permitiram cultivar essa ideia, aos amigos que foram como família para mim e me apoiaram enquanto ainda sonhava em plantar as sementes Neil, Júlia, Hugo, Dandara e Lorena sou eternamente grata, ao meu orientador Alberio que me ajudou a montar esse canteiro e cultivar essa ideia da melhor forma possível também agradeço, à minha família que me apoiou de todas as maneiras que puderam e aos grupos que ao longo da caminhada providenciaram apoio, inspiração, recursos ou uma comunidade para que eu seguisse em frente com esse plantio serão para mim parte da recordação desse processo : NEPPS, NUPE, GGRC, CARI, AIESEC, NEFA. LabRI e CPPS.

Os espaços que ocupei durante minha estadia na UNESP fazem parte também da minha formação política e as relações que construí ao longo do caminho foram a chave para que eu me mantivesse de pé, e, a elas serei sempre grata. E agradeço ao corinthians, pois se tive forças para chegar até aqui foi porquê sou maloqueira sofredora.

“Every ghetto and every city that I been. Make me recall my days in New Jerusalem”

- *Lauryn Hill*

RESUMO:

Este trabalho se trata de uma análise teórico-sociológica crítica a respeito dos processos sociais que levaram à formação do sujeito periférico brasileiro, partindo do princípio que o funcionamento do sistema-mundo – tema caríssimo às Relações Internacionais – possui influência sobre a formação da identidade periférica brasileira, uma vez que, fenômenos sociais que interferem na experiência subjetiva daqueles que vivem na periferia se relacionam com a construção do mundo contemporâneo. Aqui, pretendo para além de relacionar o processo de construção identitária do sujeito periférico com os fenômenos sociais que passam pelas camadas da sociedade – econômica, política, social, etc – destacar o fator da resistência cultivada por esses povos que, se faz eminentemente presente na identidade periférica brasileira e que pode ser vista em alguns momentos da história e, se relaciona com a realização de manifestações culturais que se mostram ser de grande relevância para a construção da identidade periférica. É importante mencionar que busco relacionar este fenômeno fascinante com o conceito de interseccionalidade, que, foi de grande uso para compreender seus aspectos multifocais.

O presente trabalho pretende então, obter maior compreensão sobre os fatores que se articulam para a formação do sujeito periférico brasileiro.

ABSTRACT:

This study presents a critical theoretical-sociological analysis of the social processes that led to the formation of the “Brazilian peripheral person”. This research is based on the premise that the functioning of the world-system — a concept of great relevance to International Relations — influences the formation of peripheral identity in Brazil, since social phenomena that shape the subjective experiences of those living in peripheral areas are

connected to the construction of the contemporary world. In this sense, beyond relating the process of identity construction of the peripheral subject to the social phenomena that operate across the economic, political, and social dimensions, this work seeks to highlight the element of resistance cultivated by these populations — a feature deeply embedded in the Brazilian peripheral identity and observable throughout history, particularly in cultural manifestations that play a crucial role in shaping this identity. It is also important to note that this study draws on the concept of intersectionality, which was proved to be essential in the process of understanding its multifocal aspects. In this sense, the present research thus aims to achieve a deeper understanding of the factors that articulate and contribute to the formation of the Brazilian peripheral subject.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. A construção do mundo periférico e sua relação com o capitalismo e outros fenômenos sociais.....	11
2.1 As estruturas sociais e sua relação com a formação da identidade.....	12
2.2 O capitalismo e as sociedades Latino-Americanas.....	14
2.3 Políticas do terror : necropolítica, biopolítica e a formação da periferia.....	16
3. Elementos constitutivos da identidade periférica brasileira e sua relação com desigualdade social	18
3.1As desigualdades interdependentes, regimes de desigualdade e sua relação com os elementos constitutivos da identidade periférica brasileira	21
3.2 A Interseccionalidade e a visão de mundo do sujeito periférico brasileiro.....	24
3.2.1 Do sujeito negro.....	25
3.2.2 Da mulher negra brasileira.....	28
3.2.3 Da mulher periférica.....	30
3.2.4 A periferia e a construção de afeto	32
3.2.5 Da manifestação cultural dentro da periferia.....	34
3.2.5.1 Manifestações culturais como meio de construção identitária, resistência e crítica social.....	34
4. Conclusão	38
5. Referências bibliográficas.....	40

TÍTULO : O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO PERIFÉRICO BRASILEIRO

*“Every ghetto and every city that I been
Make me recall my days in New Jerusalem
Make me recall my days in New Jerusalem
You know it's hot
Don't forget, what you got
Looking back, looking back, looking back, looking back”*

Lauryn Hill

Reconhecer o lugar de onde vim , e além disso, se sentir pertencente, reconhecendo a bondade e o peso espiritual do lugar que foi parte da minha criação,são aspectos da minha personalidade que nunca abri mão, e que, me mantiveram de pé todos esses anos, por isso achei que utilizar esse verso de Lauryn Hill seria a melhor das opções para simbolizar minha motivação para a escolha do tema deste trabalho.

1. INTRODUÇÃO :

O presente estudo busca através do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica obter maior compreensão sobre como se deu a formação do sujeito periférico brasileiro, e quais os elementos que compõem a identidade a ele pertencente. Parte-se aqui da hipótese de que a construção do sujeito periférico é um fenômeno atravessado por “desigualdades atravessadas” que obtiveram grande influência no desenrolar da história do Brasil.

O estudo do sujeito periférico, como membro de uma nação, tendo em vista suas contribuições para a constituição cultural de um país e sua participação em processos históricos que contribuíram para a formação deste, pode ser de imensa importância para a conceituação da identidade nacional, assim como a investigação de processos que marcam presença na construção deste sujeito. Este trabalho pretende correlacionar então o conceito de interseccionalidade com a formação do sujeito periférico brasileiro por meio da análise de aspectos constitutivos de sua identidade. Torna-se então, importante destacar que os aspectos que serão analisados ao longo deste trabalho são o contexto histórico no qual se formou a periferia nacional, e que, se torna de extrema importância para compreender seus aspectos fundamentais, o caráter sócio psicológico da periferia e de que maneira pode-se aplicar sobre ele conceito de identidade social - levando em conta o contexto socioeconômico em que foi construída a periferia brasileira - , será investigada também ao desenrolar deste trabalho a violência e como os eixos de estratificação social – classe, raça, gênero e etnia – que abarcam sujeitos periféricos e que são afetados pela configuração social brasileira.

Configuração que, apesar de ser observada na dimensão doméstica, possui relação com o campo das Relações Internacionais uma vez que este, suas agendas e programas de estudo vêm incorporando os eventos, fenômenos e outras situações que decorrem de processos vinculados ao de-colonialismo e aos estudos de post-colônias. Evidente que tais pretensões teóricas conceituais abarcam as dimensões aqui apresentadas na forma da relevância histórica da identidade periférica em nosso contexto brasileiro, para isso entendemos que a construção das periferias estaria intimamente relacionada com a identidade nacional brasileira , reconhecendo a importante contribuição que vêm exercendo na constituição nacional. No entanto é possível observar que contribuições advindas dessa parcela da sociedade – a periferia – vêm sendo frequentemente negligenciadas – e até mesmo criminalizadas – desde o surgimento da sociedade brasileira, o que resulta em definições de identidade nacional que não contêm a pluralidade e subjetividade que a periferia carrega consigo. Este trabalho aspira também evidenciar o impacto que processos como da colonização e mestiçagem – que possuem heranças deixadas pela escravidão – possuíram na construção da periferia, que , apesar de muito negligenciada, a história e a identidade daqueles que nela vivem foi construída lado a lado com a ideia que hoje temos de Brasil.

A interseccionalidade, tão bem ilustrada no pensamento de autoras como Patrícia Hill Collins e Lélia Gonzalez, pode ser definida como a interação de um ou mais aspectos que acabam por contribuir para a formação de um indivíduo. Este conceito pode ser utilizada como ferramenta para a compreensão do então funcionamento de nossa sociedade, que opera de maneira notoriamente desigual, afinal de contas, é válido destacar que as diferentes formas de opressão que estariam entre elas interseccionadas fazem parte do funcionamento de nossa civilização e não ocorrem de maneira isolada. Dessa maneira, a análise aqui proposta, busca então, tentar compreender como, e se, a interação dessas opressões afetam a formação do sujeito periférico brasileiro e sua experiência em sociedade.

A necessidade de análise dessa temática tão relevante vem do entendimento de que ela possui grande relevância em nosso campo de estudos. Entende-se que vasto campo das Relações Internacionais é frequentemente relacionado às "[...] relações entre povos, nações e empresas nas áreas política, econômica, social, militar, cultural, comercial e do direito"(UFSM), nesse sentido, entendemos que para obter maior compreensão sobre qualquer uma dessas temáticas é preciso que sejam consideradas as dimensões de raça, gênero e classe, assim, considerando o profundo impacto que o sistema global exerce sobre a construção das sociedades e porventura, sobre os aspectos constituintes que moldam instituições que influenciam diretamente experiências comuns às diversas parcelas que compõem sociedades presentes por todo o globo. Este trabalho busca através de uma lente interseccional obter maior compreensão sobre o cenário doméstico brasileiro entendendo que os processos que levaram a atual composição nacional são frutos de processos supranacionais que desencadearam segmentos opressivos que ainda hoje ecoam em nossa sociedade. Ademais, entende-se que a conjuntura interna de um país exerce grande influência no seu posicionamento perante o sistema internacional. Assim, o presente estudo busca realizar uma análise da formação do sujeito periférico brasileiro, evidenciando o papel da interseccionalidade e destacando a relevância do processo histórico nacional e sua relação com a construção do sistema mundo.

2. A construção do mundo periférico e sua relação com o capitalismo e outros fenômenos sociais

“Desde cedo a mãe da gente fala assim: filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor. Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor, se você está pelo menos cem vezes atrasado... Pela escravidão, pelo preconceito, pela história, pelos traumas, pelas psicoses, por tudo que aconteceu? Ser duas vezes melhor como? Você é o melhor ou é o pior de uma vez. Sempre foi assim. Se você vai escolher o que estiver mais perto de você ou o que estiver dentro da sua realidade, você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí?”

Racionais Mc's

Ao longo dos anos vêm sendo estudado sobre a construção do sistema-mundo, que, passou pela influência de grandes fenômenos sociais, dito isso, torna-se de grande ajuda para o debate trazido aqui que considerássemos o estudo de pensadores e o desenvolvimento de teorias que contribuem para maior compreensão da formação de estruturas sociais e sua relação com a formação da identidade dos sujeitos. Torna-se importante então, mencionar o surgimento de grandes sistemas e fenômenos sociais como o capitalismo e a estratificação social ao longo da construção da história para que possamos compreender como as múltiplas facetas da construção social se relacionam com a identidade dos sujeitos. Busco no presente capítulo, estabelecer uma relação entre as estruturas que vêm moldando nossa sociedade ao longo dos anos e a formação do sujeito periférico.

O pensamento de teóricos como Marx e Weber são reconhecidos por suas investigações a respeito do funcionamento da sociedade — e sua relação com o sistema capitalista — que são de grande ajuda para obter maior compreensão a respeito da relação entre as estruturas sociais e a formação de identidade, que são de grande importância aqui, para a investigação da formação identitária do sujeito periférico brasileiro. Nota-se que apesar de suas diferenças teóricas, é possível observar que no pensamento de ambos a relação entre as estruturas sociais e o fenômeno da identidade (MAYER, 2015): “[...] *whether in the interpretation of modern capitalism there is identity in principle.*”

2.1 As estruturas sociais e sua relação com a formação da identidade

Para obter maior compreensão a respeito da dialética relação dialética que se forma entre a construção da sociedade e o fortalecimento da identidade através da manifestação daqueles que nela vivem (BHABHA em COSTA, 2005) é necessário olhar para o conceito de ideologia, para isso é importante mencionar que aqui partimos da concepção de Weber de que a identidade é um fenômeno autônomo (MAYER, 2015), perseguindo a hipótese de que, apesar de se relacionar com as instituições sociais a existência da ideologia não é estritamente dependente da “existência social” (MAYER, 2015). Acredita-se aqui que, a compreensão a respeito de conceitos fundamentais da sociologia como a sub estrutura e superestrutura – O conceito de sub estrutura se relaciona com a ideia de que as relações sociais “se desenvolvem na base das forças produtivas” (MAYER, 2015) e que, resulta na produção de uma “natureza complexa” (MAYER, 2015) e a superestrutura se relaciona com as concepções que surgem a respeito da maneira que um sujeito deve agir, conversando até mesmo com conceitos como “natureza do homem” (MAYER, 2015). Esse conceito representaria, para Karl Marx, o conceito de ideologia (MAYER, 2015) – essas concepções nos ajudam a olhar para a relação entre a ideologia e a formação de identidade de maneira mais clara é de extrema importância para que se trace um paralelo entre a ideologia, as estruturas sociais e a formulação das identidades daqueles que habitam nas sociedades que vêm resistindo há anos.

A respeito das diferenças ontológicas entre Karl Marx e Max Weber, é interessante observar as explorações que hoje recaem sobre seus textos, destaca-se aqui a “afinidade eletiva” (ou “*elective affinity*” em inglês), conceito crucial para entendermos a relação entre a ideologia e as estruturas sociais, o autor não acreditava que as ideologias e formas de ser e se expressar estão condicionadas às estruturas sociais, mas sim que existe uma afinidade eletiva entre os dois, Weber relaciona os interesses dos grupos presentes na conjuntura social e suas condições de vida para depois investigar se de fato há uma conexão entre eles e as grandes concepções filosóficas da sociedade, uma vez que, as visões de mundo desses grupos podem entrar em conflito com elas, é importante destacar também que essa afinidade eletiva é também para Weber o que conecta a existência e a consciência (MAYER, 2015). É importante mencionar que de acordo com este pensamento a sociedade é dual e construída

mutuamente por condições advindas das estruturas sociais e pela ação humana independente, processo que estaria relacionado com o fenômeno da “mudança social” (MAYER, 2015).

A mudança social influenciada pela economia – que teria grande influência no funcionamento da sociedade atual, fruto do capitalismo – seria uma das variáveis que junto com a ação humana contribui para a formação dialética e dual da sociedade (MAYER, 2015). Entretanto, é relevante mencionar que apesar de que para Weber fatores como Carisma e “forma de ação extraordinária” (MAYER, 2015) contribuem para a mudança social esse não seria um processo natural ou comum, e, o processo de repetição de padrões sociais “tradicionais” (MAYER, 2015) acabam desembocando em uma situação problemática, e então, surge o problema de como é possível interromper esse processo (MAYER, 2015):

“Weber, in contrast to Marx, sees the change of social systems not as normal, natural, and matter-of-course but as unnormal and problematic, because in all social systems the element of tradition has a decisive place. This creates the problem of how traditionally similar, repetitive actions can be interrupted.”

(MAYER, 2015)

É importante também para a discussão aqui trazida, que a maneira que as instituições sociais funcionam na configuração atual se relacionam com as sociedades anteriores — mesmo que não necessariamente haja uma relação causal ou evolutiva, questão que origina grandes debates dentro da área e entre aqueles que estudam a evolução. Nesse sentido, entende-se a dialética como um dos elementos que exercem influência sobre o funcionamento da sociedade. Relacionado aos “padrões de mudança social” (MAYER, 2015) a dialética se caracterizaria pelas interações, e, mais precisamente, os conflitos entre a sociedade e as estruturas sociais (MAYER, 2015) permeadas pelo Estado. Entende-se que apesar da revolução ser um dos destinos possíveis para tais conflitos, que teriam potencial de inclusive levar ao questionamento da existência da própria sociedade (MAYER, 2015) é necessário busca meios para a resolução desses conflitos — políticas públicas, etc —, uma vez que a sociedade e suas “tradições” podem, mesmo com a existência de conflitos, permear (MAYER, 2015).

2.2 O capitalismo e as sociedades Latino-Americanas

Quando observamos a construção do sistema-mundo, que, levou à configuração do sistema em que vivemos passou por influência do sistema capitalista e da necessidade que ele trouxe de acumulação de capital (ASSIS, 2014), torna-se importante abordar esse fenômeno porque a busca por acumulação de capital levou à expropriação cultural, influenciando na maneira que o mundo funciona nos dias de hoje, fenômeno que pode ser percebido também quando olhamos para o sistema colonial (ASSIS, 2014).

Partindo do ponto de vista de que a expansão capitalista e seu projeto cultural possuem uma “faceta colonial” (ASSIS, 2014) é possível observar que o fenômeno do colonialismo alcança muitas dimensões dentro não apenas da formação do sistema internacional como um todo, mas também no funcionamento do continente americano – que por sua vez foi de extrema relevância para a construção das economias européias (ASSIS, 2014). Nesse sentido pode-se observar então, que o próprio sistema capitalista não existiria da maneira que é hoje se não fosse pelo continente Americano (ASSIS, 2014). É necessário também destacar a hipótese de que a lógica colonial existia antes mesmo dos projetos expansionistas europeus, quando tomavam medidas em seu próprio território para exercer dominação sobre aqueles que possuíam algum nível de diferença (ASSIS, 2014).

Apesar do período de dominação de colônias e expansão de territórios europeus através dos mais diversos meios de dominação não acontecer da mesma maneira é possível observar que o colonialismo não desapareceu com os processos de descolonização e independência ao redor do mundo, e para além disso, possui relação com o surgimento de relações assimétricas – relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e à proliferação de desigualdades sociais – e que tal fenômeno seria influenciado pelas relações de trabalho:

“A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias cêntricas e periféricas. Na perspectiva da colonialidade, as antigas hierarquias coloniais, que foram agrupadas na relação europeu versus não europeu, continuaram arraigadas e enredadas na divisão internacional do trabalho e na acumulação do capital à escala global.¹ O mesmo poderia ser dito do estabelecimento de relações sociais cujo modo operativo favorece tanto a constituição quanto a perpetuação da existência de sujeitos subalternizados nas esferas intra e interestatais.

(ASSIS,2014)

Para compreender a relação entre a lógica do colonialismo e a expropriação do território e recursos naturais na América Latina portanto é possível olhar para o “paradigma colonialidade-modernidade”(ASSIS, 2014), que nos permite observar a relação entre a colonialidade e a construção de “imaginários econômicos” para combater movimentações contrárias ao liberalismo (ESCOBAR em ASSIS, 2014).

Nessa linha, pode-se observar também que a expropriação territorial que vêm ocorrendo ao longo dos anos na América Latina é um exemplo de dominação que é viabilizada através da lógica capitalista e, pode-se observar esse processo quando olhamos para o fator da expropriação territorial na América Latina e pode ser observada no caso do Brasil na construção do agronegócio(ASSIS, 2014). Torna-se importante mencionar também que a expropriação dos recursos naturais na periferia global pode ser vista como a continuação da lógica do colonialismo (ASSIS, 2014):

“ A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios.”

(ASSIS, 2014)

Entende-se então que a lógica colonial seja fora de um país por meio da expropriação de território — que pode ser interpretado como continuidade da lógica colonial — ou de maneira doméstica, por meio da exclusão e controle daqueles que são diferentes identitariamente — como ocorre nas periferias, fronteiras e terras indígenas por exemplo — estão ligadas com a necessidade por acumulação de capital, que, em âmbito internacional tende a gerar uma relação de dependência¹ entre as nações periféricas e aquelas consideradas desenvolvidas (ASSIS, 2014).

¹ O estudo acerca das relações de dependência visam “explicar processos de subordinação econômica, política, cultural e ideológica” (ASSIS, 2014)

2.3 Políticas do terror : necropolítica, biopolítica e a formação da periferia

Entende-se aqui então, que a lógica colonial e o desenrolar do sistema capitalista vêm influenciando o funcionamento das nações latino-americanas e na experiência subjetiva dos indivíduos como um todo. Nesse sentido torna-se necessário trazer para o debate então, ideias que nos ajudem a entender o real impacto que as relações sociais possuem sobre os indivíduos que têm suas vivências atravessadas pela sociedade em que habitam. Achille Mbembe relaciona o necropoder² à lógica de domínio colonial que se utiliza da territorialização – uma vez que o espaço seria um fator importante para a execução violenta da soberania, que por sua vez é influenciada por lógicas do terror – da construção de imaginários culturais – para além de outros aspectos para exercer o controle de corpos através de ferramentas como a instituição de “direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço” em prol do exercício da soberania(MBEMBE, 2018).

A relação entre o poder e a subjetividade das relações sociais vêm sendo explorada ao longo dos anos, Michel Foucault filósofo e psicólogo crítico (CASA DO SABER, 2025) cujas teorias vêm se destacando há anos, relaciona o poder ao funcionamento da sociedade, já que, para ele, este fenômeno está “difuso em práticas sociais diversas que implicam saberes, instituições, discursos etc”(HILÁRIO, 2015). Nessa perspectiva, a política e o corpo dos cidadãos estariam relacionados, e, contribuiriam para o funcionamento da maquinaria da sociedade, assim o controle dos corpos através do uso da disciplina fatores relevantes para a construção que se deu do funcionamento das relações sociais (HILÁRIO, 2015). Assim, o poder seria “uma forma particular e definida de colisões momentâneas e continuamente repetidas no marco de um número definido de indivíduos.” (HILÁRIO, 2015). É necessário mencionar também que as contribuições de Foucault são importantes para a compreensão do conceito de governamentalidade, uma vez que o funcionamento do governo e suas contribuições para o domínio dos corpos dentro da sociedade também foi alvo de investigações do autor que relaciona a “administração dos corpos” (FOUCAULT, 2015, p. 150 em HILÁRIO, 2015)e gestão calculista da vida”(FOUCAULT, 2015, p. 150 em

² Conceito relacionado a ideias de “ controle e gestão da vida em sociedades” em sociedades atravessadas por crueldade e violência através da “ primazia da morte como estratégia de exercício do poder moderno em territórios e populações tidos como ameaça latente.” (ALVES,2011)

HILÁRIO, 2015) aos “modos de instrumentalizar a conduta e as esferas práticas com a finalidade de controlar indivíduos e coletividades”(HILÁRIO, 2015).

O conceito de necropolítica é então, fundamental para entender as dinâmicas de distribuição desigual da morte no estado de São Paulo por exemplo (ALVES, 2011), onde o necropoder pode ser compreendido como uma das noções fundamentais para compreender a “[...] a centralidade da morte na experiência urbana das populações empobrecidas brasileiras”(ALVES 2010 em ALVES, 2011) que pode ser observada não apenas quando olhamos para o caráter territorial das mortes mas para quem é alvo delas – estudos sobre violência e securitização na região como o de Samira Bueno por exemplo evidenciam o fato de que as maiores vítimas de ações policiais na região são afrodescendentes (BUENO, 2019) – assim, evidenciando o fato de que espaços racializados são alvo da necropolítica (ALVES,2011).Nessa linha, torna-se importante, quando analisamos o caso brasileiro, conectar a necropolítica e a “relação histórica entre o Estado e as populações racializadas” que é expressada por um “padrão mórbido de governança espacial”(ALVES, 2011).

3. Elementos constitutivos da identidade periférica brasileira e sua relação com desigualdade social

*“Aí, você sai do gueto
Mas o gueto nunca sai de você, morô irmão?
Cê tá dirigindo um carro
O mundo todo tá de olho 'ni você, morô?
Sabe por quê? Pela sua origem, morô irmão?”
Racionais Mc's*

A construção de um sistema-mundo que passou pela formação e estabelecimento de “desigualdades interdependentes” (Sérgio Costa, 2012) – que até hoje interferem nas relações sociais e, no funcionamento de estruturas, regimes e instituições por todo globo – pode ser caracterizada como precursora de uma jornada estruturalmente desigual que contribuiu para a formação de milhares de sociedades e instituições díspares por todo o sistema internacional. Nesse sentido, parte-se aqui do pressuposto de que a formação das desigualdades presentes nessas sociedades se entrelaçam e que influenciam diretamente na construção das identidades dos cidadãos.Entende-se também que a compreensão de conceitos como estratificação e identidade social – entendidos por muitos como mecanismos de

repressão – é fundamental para o entendimento não apenas dos processos históricos que levaram à construção da periferia brasileira mas também da identidade do sujeito periférico.

O conceito de estratificação social pode ser visto como um mecanismo de manutenção das desigualdades sociais que assolam não apenas o solo brasileiro, mas territórios por todo o sistema global, e, implica na manutenção de uma certa “hierarquia social” em um sistema caracterizado friamente por ganho de *status* associados à identidades sociais – que por sua vez também são utilizadas como mecanismo de reprodução de desigualdades. Nesse sentido, torna-se relevante destacar o fato de que a compreensão da ideia de estratificação social é de extrema importância para obter maior entendimento sobre a formação da sociedade brasileira, uma vez que, muitos aspectos presentes nas instituições e relações sociais nacionais podem ser observadas através das lentes da estratificação.

Os eixos de estratificação social são parte do processo de manutenção das desigualdades sociais, e evidenciam a existência de intersecções entre as adscrições sociais, principalmente gênero, raça e classe (Sérgio Costa, 2012). Nesse sentido, pode-se aplicar aqui o conceito de interseccionalidade que vêm ganhando cada vez mais relevância no campo acadêmico, assim, a interseccionalidade torna-se fundamental para analisar a formação do sujeito periférico brasileiro uma vez que, a identidade nacional é atravessada por camadas entrelaçadas que são fruto da construção de nosso país. A desigualdade social têm sido um velho conhecido da América Latina, e, a evolução dos estudos sociais nessa região vêm nos permitindo identificar que as “[...] diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados” (Sérgio Costa) afetam os cidadãos de maneiras diferentes, assim, é possível notar que até mesmo as políticas públicas que possuem um imenso potencial como mecanismos na luta contra as desigualdades acabam não conseguindo aproveitar inteiramente seu propósito, e mesmo com a diminuição da pobreza que aconteceu durante a *maré rosa latino-americana*³ – período onde houve uma onda de políticas públicas

³ A “*maré rosa*” latino-americana ou “*guinada à esquerda*” como também ficou conhecida foi um período caracterizado pela ascensão de governos de esquerda na região da América Latina. O surgimento deste fenômeno ocorreu devido à insatisfação da população com as políticas “*pró-mercado*” (ARAÚJO e CUNHA, 2014) dos governos anteriores, que, gerou um certo alinhamento das agendas políticas na região, sendo notável o avanço de políticas relacionadas à melhoria das condições socioeconômicas. Diante disso, torna-se necessário mencionar, que apesar de colocarem em foco as questões socioeconômicas de seus territórios e possuírem similaridade em seus projetos políticos, os governos que ascenderam durante esse período possuíam claras diferenças que causavam notáveis divergências em suas agendas políticas, podendo ser até mesmo divididos entre esquerda sistêmica e anti-sistêmica (ARAÚJO e CUNHA, 2014).

voltadas para as pautas sociais – não foi possível notar uma diminuição significativa das desigualdades sociais. Nesse sentido pode-se observar portanto algumas “dimensões da desigualdade” o que nos permite obter maior compreensão sobre a maneira que esse fenômeno afeta os diferentes membros das sociedades. Diante do caráter multidimensional da desigualdade social e da quantidade de interpretações existentes a respeito desse conceito, torna-se importante mencionar que aqui, a desigualdade é atribuída à posição – ideia relacionada com conceitos mencionados anteriormente como a estratificação social.

No Brasil, é possível observar que, mesmo com a ascensão de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições socioeconômicas do país que veio a ascensão da Maré Rosa, a diminuição das desigualdades sociais não foi tão significativa, esse fenômeno nos permite observar a existência de interdependências entre as desigualdades que permeiam o solo nacional, e assim, observar o quanto a formação do Estado brasileiro – cercada de opressão e violência – gerou uma sociedade civil atravessada por camadas entrelaçadas, a partir disso, o presente trabalho busca evidenciar o quanto a análise deste aspecto da sociedade brasileira – camadas entrelaçadas – é importante para investigações a respeito da identidade nacional, tratando-se aqui especificamente da identidade periférica urbana brasileira.

Os aspectos constitutivos da estrutura social brasileira — recheada de instrumentos para manutenção das desigualdades sociais e das relações de poder — refletem portanto, na formação da periferia uma vez que, mesmo servida de um coquetel repleto de todos os frutos de uma estrutura social excludente, caminha sobre um chão pavimentado pela resistência, que, acaba se tornando um dos principais elementos constitutivos de sua identidade, presente até mesmo nas produções culturais advindas das mentes criativas internas à periferia.

Portanto, entende-se aqui que influencia que fenômenos como a desigualdade social e as relações de poder possuem no cotidiano dos mais diversos grupos sociais não é exclusividade brasileira, entretanto, a maior compreensão da relação que existe entre esses fenômenos sociais – que são essencialmente interseccionais – possuem com a periferia nacional pode se tornar uma grande aliada na análise da formação da identidade periférica brasileira.

Entende-se nesse estudo, que uma análise feita através de lentes monofocais poderia não ser suficiente para compreender o processo de formação do sujeito periférico brasileiro,

uma vez que, a constituição da periferia é fruto de um processo histórico recheado de “desigualdades interdependentes” (Sérgio Costa) , e a periferia, composta por uma imensa pluralidade de sujeitos, foi construída sob um longo caminho pavimentado atravessada por diversos tipos de opressão.

3.1 As desigualdades interdependentes, regimes de desigualdade e sua relação com os elementos constitutivos da identidade periférica brasileira

É importante para essa argumentação que compreenda-se quais são as desigualdades interdependentes que permeiam o nosso país e, como elas se relacionam com os elementos constitutivos da identidade periférica brasileira. Desse modo, para que possamos relacionar esses elementos é preciso expor os diferentes tipos de desigualdade que existem entre os cidadãos brasileiros para então traçar a relação que possuem com os elementos constitutivos da identidade periférica brasileira – conceitos que também busco definir aqui .

Entende-se aqui que a desigualdade social não é singular, e que em um país como o nosso onde atuam as relações de poder entre raça, classe e gênero atua rigorosamente de “maneira unificada” (COLLINS E BILGE, 2016) interseccionando-se uma à outra há anos torna-se necessário considerar que as desigualdades sociais não atuam de maneira homogênea, afetando os cidadãos de maneiras diferentes e, se relacionando com o desenvolvimento de suas identidades. Dessa maneira, é importante para a compreensão desse conceito que abordaremos os diferentes tipos de desigualdade social que assolam nossa sociedade. É possível dividir as desigualdades sociais de diferentes maneiras, aqui, trabalharei com a categorização realizada pelo sociólogo e estudioso da política latino-americana Sérgio Costa.

Torna-se importante frisar então, que para a análise das dimensões de desigualdade no Brasil é preciso considerar o contexto histórico latino-americano – essencial para analisar qualquer aspecto das sociedades. Nesta análise buscarei trabalhar 4 fatores que nos permitem observar as diferentes dimensões de desigualdade social, entre eles ao que a desigualdade se refere, à quem ela atinge, quando ela se manifesta e onde ela pode ser observada .

A desigualdade pode estar atreladas à muitos fatores dentro da sociedade, no entanto, entende-se aqui que elas estão estreitamente relacionadas com as relações e assimetrias de poder que atuam sobre raça, gênero e classe, moldando as experiências do sujeito brasileiro, influenciando sobre o convívio social (COLLINS E BILGE, 2016). Afetando a capacidade de influência e poder de decisão das pessoas, as chamadas “desigualdades de poder” influenciam ainda na distribuição de direitos fundamentais dentro da sociedade brasileira (COSTA) e, exercem grande papel na formação das identidades daqueles que nela residem, uma vez que, as opressões causadas por essas relações de poder acabam sendo grande parte do processo de formação das manifestações de resistência, que surgem na periferia por exemplo e, acabam tendo grande papel de formação de uma identidade (COSTA, 2006). Outros tipos de desigualdade como as desigualdade socioecológicas também influem sobre a vida dos cidadãos, uma vez que, em uma sociedade altamente influenciada pelo consumo e produção, as feridas abertas por ela estão cada vez mais longe de cicatrizar.

As sociedades, apesar de duras tentativas de homogeneização, seguem sendo plurais e abrangendo diferentes sujeitos, que são atingidos pelas desigualdades sociais de maneira diferente. Entende-se que apesar de existirem desigualdades permanentes que vêm sendo parte da convivência humana há anos – raça, gênero, cidadania, etc – mas, a necessidade de reconhecer que ocorrem mudanças no impacto dessas desigualdades vêm se fazendo necessárias, inclusive, para maior compreensão a respeito de suas intersecções, uma vez que , considerando a existência de eixos de desigualdade, este impacto é diferente para àqueles indivíduos que são membros de nossas sociedades.

Entende-se aqui também, que as desigualdades sociais são frutos do processo de construção das sociedades, relacionando-se assim às estruturas sociais. Nesse sentido, é possível relacionar às desigualdades aos processos coloniais que vêm gerando um regime de desigualdades⁴ que permeia a América-Latina.

No quesito territorial, é importante mencionar que existem interdependências transnacionais dentro do sistema internacional que moldam as estruturas de desigualdades

⁴ Os regimes de desigualdade são caracterizados por assimetrias de poder e controle social , podendo ser caracterizados por 4 dimensões distintas, entre elas : lógicas de estratificação estáticas dinâmicas ou combinadas, discursos políticos utilizados por cidadãos para construir suas posições dentro da sociedade, estruturas legais e institucionais e modelos de convivência na vida cotidiana (COSTA, 2019).

locais e nacionais, a análise desse fenômeno pode passar por diferentes lentes teóricas, como por exemplo o transnacionalismo :

“Os transnacionalistas (Weiss, 2005; Pries, 2008; Faist, 2016) se interessam em compreender como, para grupos específicos – por exemplo, transmigrantes ou profissionais transnacionais (executivos, programadores) –, diferentes estruturas sociais nacionais se interconectam, moldando seus horizontes de oportunidades e possibilidades. O argumento central é que há um olhar convencional sobre desigualdades, limitado à estrutura social de um só país.” (COSTA, 2019, p.61)

Teorias de sistema-mundo⁵, focados no estudo de desigualdades macroestruturais globais (COSTA, 2019) e, importantes para compreender a formação do sistema internacional são importantes para a compreensão da formação de desigualdades entrelaçadas, fenômeno extremamente importante para a construção deste trabalho, uma vez que, compreende-se aqui que as estruturas sociais estão conectadas à vida cotidiana, e assim, à construção diária de um dos elementos constitutivos das relações sociais: a identidade. Visto isso, torna-se importante mencionar que uma vez que o sistema-mundo permite que olhemos para a questão proposta no presente trabalho com uma visão internacionalista, salientando a importância que o assunto possui para a área das relações internacionais.

3.2 A Interseccionalidade e a visão de mundo do sujeito periférico brasileiro

A interseccionalidade vêm ao longo dos anos sendo compreendida como uma ferramenta analítica que permite analisar fenômenos atravessados por dois ou mais fatores, impedindo que uma análise monofocal seja suficiente para uma análise da problemática completa (COLLINS E BILGE, 2016), e têm se mostrado uma grande aliada para a análise aqui realizada, uma vez que a formação da periferia e a construção da identidade que ocorre

⁵ No contexto aqui trabalhado as teorias de sistema-mundo são de extrema importância, uma vez que, refere-se ao caráter interdependente que o surgimento das desigualdades teve ao longo da história, ligando assim o sistema internacionais e as relações nele construídas ao longo da história não só ao processo de formação das estruturas sociais, mas também à construção de opressões que vêm com elas, perspectiva importante para uma análise crítica da construção da nossa sociedade – que está, ligada com um processo colonial violento.

dentro dela , uma vez que essa é atribuída à sujeitos cuja existência é interseccional. A interseccionalidade também se mostra de grande importância para análise de construções de “estruturas interseccionais” (COLLINS E BILGE, 2016) que vêm ocorrendo ao longo do trabalho: “O domínio estrutural do poder refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde. ” (COLLINS E BILGE, 2016).

Nesse contexto, torna-se necessário para obtenção de maior compreensão a respeito da ligação entre a interseccionalidade, a construção do sistema mundo e as relações sociais dentro do Brasil buscar maior entendimento a respeito do contexto da região – uma vez que, os fenômenos sociais interseccionais que fazem parte da constituição periférica vêm surgindo ao longo da construção da história – e, buscar entender em que contexto esses três elementos se encontraram durante a construção da América Latina, região onde se encontra o território brasileiro e onde, muitas relações coloniais foram firmadas, influenciando na estrutura social desses territórios.

Nesse sentido torna-se necessário então, analisar como o sujeito periférico é atravessado pelas estruturas sociais, e para isso seria necessário então levar em conta , para além do fato de que essas populações são afetadas pelas desigualdades, que dificultam a probabilidade de mobilidade social (COSTA) – podendo ser associadas a fatores como a concentração de riqueza (CRUZ, 2016) – que pretos e pardos compõem 72.9% da população das favelas brasileiras, e, as mulheres 51,7% (AGÊNCIA BRASIL, 2024) , fator que exige que, para obtenção de maior compreensão a respeito da construção da identidade periférica sejam colocados à mesa as questões que se referem às relações raciais ou de gênero, obtendo assim uma análise interseccional.

3.2.1 Do sujeito negro

*“Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando*

O que você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata

Olha quem morre, então

Veja você quem mata”

Racionais Mc’s

Depois de anos de inferiorização de pessoas negras e da ascensão do darwinismo social, movimento do século XIX cujos ideais baseados no conceito de superioridade natural influenciam diretamente a maneira como se dão as relações sociais, perpetuação das desigualdades sociais e, por conseguinte, a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos (CARNEIRO, 2011) é possível observar que relações raciais no mundo inteiro foram afetadas pelas noções de superioridade racial, no Brasil consegue-se observar o surgimento de conceitos como o mito da democracia racial, onde podemos observar uma relação clara com a ideia de mestiçagem – noção influenciada por concepções herdadas do processo de colonização (MUNANGA, 1999). Torna-se necessário mencionar que, as noções a respeito das relações sociais no Brasil trazidas pela esquerda nacional também têm sido, ao longo dos anos negligenciadas, uma vez que a concepção de que as questões raciais estariam subordinadas à luta de classes se tornou comum (CARNEIRO, 2011). É importante mencionar que essas duas concepções teóricas contribuem para a invisibilização da relação de interseccionalidade que existe entre as relações raciais e outros fenômenos sociais responsáveis por moldar a configuração desigual da nação brasileira :

“[...] as duas ideologias – o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes – têm em comum, portanto, a minimização ou o não reconhecimento e/ou a invisibilidade da intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática, elementos que dificultam a erradicação das desigualdades raciais nas políticas públicas.” (CARNEIRO, 2011, p. ?)

Nesse sentido, se torna importante para a linha de raciocínio do trabalho que a história carregada por afrodescendentes na América Latina seja mencionada aqui, uma vez que nota-se a influência da história negra na construção da identidade periférica uma vez que muitos elementos trazidos pela população afro-brasileira durante o período pós-abolição para a construção do que seria uma “sociabilidade negra” (PLÁCIDO, 2019) seguem sendo parte da vivência periférica. Entende-se aqui que devido à pluralidade presente na região, a experiência afrodescendente na América Latina não é homogênea, mas que, é possível notar a presença de desigualdades entre a população negra e afrodescendente e aqueles que não são atravessados por esses recortes (COSTA, 2012). É necessário mencionar também que existe um caráter transnacional quando se trata das vivências dos afrodescendentes latino-americanos (COSTA,2012).

É possível observar, na América latina, regimes de desigualdades relacionados às relações raciais (COSTA, 2012) – que vão se entrelaçar àqueles que vão ao longo da história formar as relações de poder que influenciam o funcionamento da sociedade até hoje – entre eles a escravidão, nacionalismo racista, nacionalismo mestiço e regime compensatório (COSTA, 2012) .

Nota-se, que como observado por Sueli Carneiro, mesmo com o fim da escravidão o surgimento e ascensão do racismo científico seguiu influenciando as relações sociais, na América Latina pode se observar um esforço para “europeizar” suas nações, visando ou tentando obliterar e ocultar qualquer herança africana ou negra, o que resultou em muitas políticas governamentais de caráter discriminatório (COSTA, 2012) [colocar exemplos de leis, se possível]. É necessário destacar também que, fenômenos sociais relacionados à ideia de superioridade natural como a mestiçagem que é vista como fruto de um “nacionalismo racista” presente na América Latina, onde o processo de miscigenação para a construção das nações levaria à renúncia da identidade afrodescendente(COSTA,2012).

“ [...] o que é relevante para a mestiçagem não é mais a ascendência africana dos afrodescendentes, mas sua integração nas nações brasileira, cubana ou colombiana, que representam, de acordo com o discurso da mestiçagem, um prolongamento da civilização europeia nos trópicos (cf. Costa, 2010a, p ?).”

A mestiçagem⁶, pode ser vista então, como uma “construção multifacetada que conecta diferentes padrões de coexistência intercultural” (COSTA, 2012) que, compõe a experiência vivida dos afrodescendentes latino-americanos, onde a recombinação dos indivíduos segue em um processo de constante mudança (COSTA, 2012). Nota-se também que, com o avanço dos anos, as ideias de mestiçagem e miscigenação vêm sendo cada vez mais relacionadas com a ideia de pluralidade cultural, assim, exercendo influência sobre políticas aplicadas em toda a região (COSTA, 2012). Vêm dessa construção feita pela sociedade e, motivada pela ideia de superioridade natural que vêm sendo permeada durante anos, a caminhada do negro até os “limites da autodestruição” (FANON, 1952) que leva o sujeito negro até um buraco negro da onde para sair é necessário o “grande grito negro”, que de acordo com o teórico Frantz Fanon “estremecerá os assentamentos do mundo”. Cabe aqui, portanto, enquadrar a noção de que as identidades vêm, como meio de resistência, sendo formadas mesmo apesar das estruturas sociais (BHABHA).

É possível notar que mesmo o uso da força física sendo considerado um dos mecanismos da polícia⁷ para a resolução de conflitos (BUENO, 2019) entre aqueles que são impactados por ela estão, majoritariamente, os jovens negros que possuem entre 15 e 19 anos , e, é possível perceber ainda que, na região metropolitana de São Paulo os índices de mortes oriundas ocasionadas pela violência policial continuou subindo mesmo quando as taxas de criminalidade caíram (BUENO, 2019). Assim, conseguimos observar, através desses dados, que as violências exercidas pelo Estado sobre o sujeito negro, é muitas vezes letal.

⁶ A mestiçagem, fenômeno conhecido pela literatura brasileira e produção de conhecimentos relacionados às raciais, conhecido por sua relação com a ideia de democracia racial vêm sendo investigado ao longo dos anos por pensadores ao redor do mundo, considerado de grande relevância para a realização de estudos étnico-raciais, pode ser definido como “[...] troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente. E entende-se por população um conjunto de indivíduos que se reproduzem habitualmente entre si;” (MUNANGA,1999, p ?), e, vêm sendo de grande ajuda para a elaboração dos argumentos aqui apresentados.

⁷ A polícia, órgão que exerce a função de regular a o uso da força interna de um Estado, e, considerada um dos “ principais agentes da força do Estado” (BUENO, 2019) , vêm se utilizando ao longo de sua história da força física para resolução de conflitos. Dentro da academia existe um debate a respeito dos limites desse fenômeno, isto é : como definir quando a polícia está usando sua força de maneira desproporcional ?

3.2.2 Da mulher negra brasileira

“Me olhei no espelho

Nunca mais igual

Minha carne é de luta

Não de carnaval

Me olhei no espelho

e a princesa era eu...

Não loira, não lisa, não magra

Nem branca, nem santa, nem fada”

Jéssica Regina

Nota-se ao longo dos anos que o fenômeno da “diversificação social” que foi objeto de luta durante tantos anos pelo movimento feminismo não têm sido experimentado da mesma maneira por mulheres negras que vêm sendo tratadas como uma subcategoria dentro da adscrição de gênero, considerada por muitos uma categoria universal (CARNEIRO,2011). Nesse sentido, é possível observar que as mulheres negras latino-americanas vêm compondo cada vez mais movimentações e, movendo esforços para a valorização do debate a respeito da questão de raça – que vem sendo secundarizado em prol da questão de gênero :

“[...] o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoções e na ocupação de bons cargos) em função do eufemismo da “boa aparência”, cujo significado prático é: preferem-se as brancas, melhor ainda se forem louras.”

Vêm então, a partir da tomada de consciência a respeito da existência do que Sueli Carneiro chama de “binômio racismo/sexismo” , visibilidade, capacitação e participação política de mulheres negras o crescimento do movimento feminista negro no Brasil. No

entanto, a discriminação contra mulheres negras – que se faz presente também nas ações do Estado – segue sendo parte da vivência dentro da sociedade brasileira.

Nesse sentido se torna importante trazer para este debate então, o conceito de “matriarcado da miséria” utilizado por Sueli como ferramenta para caracterizar as “condições de vida das mulheres negras no Brasil” (CARNEIRO, 2011) e que, nos permite obter maior compreensão a respeito de como a estrutura social afeta a vida dessas mulheres que acabam por uma espécie de “asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima[...]” (CARNEIRO, 2011). É necessário notar o impacto que a estrutura e fenômenos sociais exercem sobre a vida da mulher negra quando percebe-se que são elas quem ocupam não só a maior parte das posições de trabalhos vulneráveis mas também são a maior parte dos desempregados no Brasil (CARNEIRO, 2011). A vulnerabilidade das condições de trabalho geralmente impostas à mulher negra pelo funcionamento da sociedade se torna ainda mais alarmante quando se pensa a respeito de como se dão esses empregos na sociedade brasileira contemporânea :

“ [...] o trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade racista destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições subhumanas no espaço doméstico.”

É importante mencionar aqui também que, essas condições de trabalho da mulher negra – onde além dela estar em cenários mais vulneráveis tende também a ganhar menos por sua mão de obra (CARNEIRO, 2011) – persistem mesmo existindo um artigo na constituição de 1988 sobre “proteção do mercado de trabalho da mulher”(CARNEIRO, 2011).

As negras brasileiras, são também ao longo de sua existência atravessadas pela falta de acesso aos direitos fundamentais que deveriam ser garantidos pelo Estado, fenômeno que acaba se relacionando muitas vezes com o território em que elas vivem, uma vez que, de acordo com o censo demográfico do IBGE de 2022 pretos e pardos somam 72,9% da

população das favelas brasileiras que é, de acordo com a mesma base de dados 51,7% feminina (IBGE, 2022). Essa informação se faz extremamente necessária porque, este território também influi, através do Estado ou não, em como as violências que permeiam nossa sociedade atravessam essas pessoas.

3.2.3 Da mulher periférica

Entende-se aqui, que as instituições sociais excludentes que permeiam no Estado brasileiro influenciam a experiência dos cidadãos periféricos, nesse sentido torna-se necessário trazer para esta análise – uma vez que buscamos maior compreensão a respeito da formação do sujeito periférico – parte da discussão a respeito do impacto dimensão de gênero dentro da periferia, partindo do princípio de que as mulheres enquanto sujeitos dentro da sociedade são plurais (AQUINO, 2021) e a violência de gênero em diferentes camadas das sociedades – afetadas pelo sistemas de classes e pelos diferentes fenômenos sociais – age de maneiras diversas, fazendo com que as mulheres periféricas, atravessadas pelas estruturas sociais que acometem a periferia estejam sujeitas a desafios que acabam se relacionando com sua posição não apenas socioeconômica, mas territorial (AQUINO, 2021). É importante mencionar então que, a falta de direitos fundamentais – aqueles que deveriam ser providos pelo Estado – é um dos fatores que influencia na formação da identidade da mulher periférica, e que, a falta de acesso à serviços básicos como saúde e educação interferem na vivência periférica feminina, e, afetam a “reprodução econômica do trabalho” dessas mulheres (AQUINO, 2021).

Nota-se então, que a dimensão espacial na região metropolitana de São Paulo por exemplo afeta a experiência das mulheres periféricas em sociedade, uma vez que estas, devido à suas condições socioeconômicas estão estão subordinadas a um emprego de difícil

acesso, e, àqueles serviços considerados básicos para sua sobrevivência em condições de difícil acesso (AQUINO, 2021) ,prejudicando de diversas maneiras a sua qualidade de vida. O ativismo surge para as mulheres periféricas então, como forma de resistência, utilizando-se da territorialização do lugar que vivem como parte da sua construção de identidade (AQUINO, 2021):

“O seu território está em constante expansão. São mídias sociais, os eventos e outras comunicações de uma maneira geral que estas vêm estabelecendo, que ultrapassam não somente as barreiras físicas, como também as financeiras e as governamentais. Formando elos e conectando milhares de mulheres. Conjuntamente, a identidade periférica se constitui como uma forma de territorialidade⁴. Do qual, forma-se também o feminismo periférico, constituindo as identidades de resistências que unem essas Mulheres[...]De acordo com Medeiros (2019,p.313)” (AQUINO, 2021)

O território ocupado por essas mulheres, acaba sendo palco para violências advindas do Estado (AQUINO, 2021), que, são podem ser influenciadas pelos ideais de superioridade racial e que, se relacionam muitas vezes com um fenômeno de grande relevância para o debate trazido aqui, o “biopoder”, utilizado por Sueli Carneiro em “Racismo e Sexismo” para – entre outras coisas – caracterizar parte das violências do Estado que atravessam as mulheres negras. É através da biopolítica que o Estado exerce seu direito de escolher quem vive e quem morre (CARNEIRO, 2011), e, ela pode ser observada quando governadores dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro utilizaram-se dessa lógica para a tentativa da “instrumentalização da esterilização” (CARNEIRO, 2011) na periferia brasileira, seguindo a lógica de que a fertilidade das mulheres periféricas as transforma em “fábricas de produzir marginais”, como disse o então governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral em 2007 ao falar de métodos contraceptivos e índices de natalidade dentro das favelas do Estado do Rio. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007). Torna-se importante destacar contribuições que nos permitem enxergar as relações raciais como parte da biopolítica (trabalhados por autores reconhecidos como Foucault e Agamben dentro da academia) :

“Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento

essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conivência de grande parte da sociedade.” (CARNEIRO, 2011)

Nota-se portanto, que a construção da territorialidade da identidade periférica nesse caso se relaciona principalmente com manifestações de caráter cultural e, advém da necessidade de defender seu território que para além de ser palco para muitos conflitos (AQUINO, 2021) é também diretamente afetado pela estrutura desigual do nosso país e pela “intervenção do Capital e do Estado” (AQUINO, 2021). Nesse contexto, surgem nas periferias brasileiras organizações de sociedade civil, que visam a ocupação feminina em espaços majoritariamente masculinos e a valorização da cultura da periferia (AQUINO, 2021), e que, são necessariamente plurais, uma vez que nem o feminismo ou as mulheres periféricas são minimamente homogêneos – Sendo então, a interseccionalidade de grande ajuda para a compreensão do movimento feminista periférico.(AQUINO, 2021) A geografia – tendo em vista a relação entre o capital e o espaço, que, influencia na formação das relações desiguais no nosso país – se faz então de grande uso no debate aqui trazido : “Sob a luz da geografia, o feminismo pode ser lido não somente como o espaço de desigualdades de poderes entre os gênero, como igualmente por territórios onde relações raciais e de classe se misturam.” (AQUINO, 2021).

3.2.4 A periferia e a construção de afeto

Entende-se aqui que as condições cujo sujeito periférico é exposto durante sua vida em sociedade, que os sujeitam a uma vida atravessada por estruturas sociais violentas que podem acarretar até mesmo no fim de sua existência gera demandas, que, protegem seu direito de existir dentro da cidade. Afinal de contas a exclusão que é a esses sujeitos imposta leva a uma série de privações que seriam parte importante da construção da vida em comum. Nota-se que na região metropolitana de São Paulo por exemplo os territórios ocupados pelo povo negro durante o período pós escravidão reservavam há seus habitantes muito mais que restrições espaciais, o abandono do Estado, ao restringir o acesso dessas pessoas ao restante

da cidade causava escassez de recursos fundamentais para a alimentação da alma, como afetividade, solidariedade e sociabilidade (SILVA, 2018 em PLÁCIDO, 2019).

O surgimento de manifestações culturais e de associações dentro da comunidade aparece então, nessa linha como maneira de suprir essa demanda, nesse contexto é que surgem então fenômenos como a “sociabilidade negra”. um sistema que busca para além de integrar as comunidades, disseminar ideais como solidariedade e novas noções de privacidade que ressignificam os meios de convivência, ideais e valores dados como “homogêneos”.

Torna-se importante mencionar que a maneira que foram construídas as estruturas sociais moldam também as relações românticas das pessoas, em “Pele negra, máscaras brancas” Fanon relaciona o anseio de uma mulher negra em namorar um branco à um senso de inferioridade que através das patas sorradeiras do sistema se infiltra na psyche dos negres e dos negros que, buscam na mulher branca um meio de ascensão, a abertura de oportunidades, mudança de status, através de um “ilustre corredor” (FANON, 1952). E nesse contexto torna-se impossível não mencionar que o fato do corpo negro ser alvo de extrema sexualização e de uma “tara” recorrente afeta também a “estrutura neurológica de um indivíduo” (FANON, 1952). E, é importante destacar no presente debate que a estrutura que envolve esses sujeitos durante as suas vivências influencia na maneira que ele se relaciona com os outros, afetando também a maneira como sua mente funciona : “A estrutura neurótica de um indivíduo será justamente a elaboração, a formação, a eclosão no ego de nódulos conflituais provenientes em parte do meio ambiente, em parte da maneira toda pessoal com que neste indivíduo reage a essas influências.” (FANON, 1952).

3.2.5 Da manifestação cultural dentro da periferia

Partindo então do princípio de que a identidade vêm como forma de resistência (BHABHA em COSTA, 2005) faz sentido trazer para o presente debate às manifestações culturais que existem dentro da periferia e que são de grande importância para a construção

de sua identidade. Nessa linha, vale a pena análise a ideia trabalhada por Goiz em um texto trata sobre a identidade marginal, que relaciona as manifestações culturais como a literatura marginal, por exemplo, que é caracterizada por críticas às estruturas sociais, à construção identitária da periferia como um todo (GOIZ, 2016).

3.2.5.1 Manifestações culturais como meio de construção identitária, resistência e crítica social

“[...]se eu abro minha boca

Baby, eu gero debate, isso que é fazer rap”

Ajulia Costa

Ao longo dos anos, inúmeros movimentos culturais vêm surgindo em comunidades à periféricas pelo mundo todo, torna-se importante destacar aqui como esse fenômeno pode se relacionar não apenas com a construção da identidade periférica, mas também com movimentos de resistência que vêm surgindo ao longo dos anos, o que pode ser observado no enfoque que o “feminismo periférico” dá ao uso da cultura como meio de resistir e persistir em um território marginalizado (AQUINO, 2021).

Assim, torna-se possível observar a resistência e olhar crítico e o toque que só a subjetividade e experiências vividas pelo ser humano poderia dar à arte quando analisamos movimentos culturais advindos da periferia. Nessa linha, é de grande ajuda para o raciocínio aqui construído olhar para alguns deles: a cultura do hip-hop, a literatura marginal e o uso de bailes como modo de resistência.

O *hip-hop* é um movimento cultural que surgiu com a influência de imigrantes jamaicanos e porto-riquenhos dentro dos EUA (POSTALI, 2010) ganhou destaque na década de 70 no Bronx, conhecida região da cidade de Nova York nos Estados Unidos (REESE, 2019) como a forma que essa população, que vinha sendo marginalizada há séculos, encontrou de manifestar suas demandas (GOIZ, 2016). Com a necessidade de

afirmar sua identidade e resistir a um sistema que permitia que essas pessoas continuassem a viver à margem da sociedade, se popularizou então, o *hip-hop* como “cultura artística de contestação” (GOIZ, 2016). A cultura do *hip-hop* foi fundada e adquiriu como base 5 pilares fundamentais que a ajudariam a “manter a coerência” em meio há tantas variações dentro do movimento, são eles : *DJing, MCing, breakdance, graffiti e knowledge* — ou em português, conhecimento (REESE, 2019). Em 1990 Ronald “ *Bee-Stinger*” ex membro do coletivo *hip-hop Zulu Nation* - grupo conhecido por suas grandes contribuições ao *hip-hop* - trouxe à tona os 6 elementos do movimento *hip-hop* - que nos permitem observar o caráter político desse fenômeno mundial - são esses: *Consciousness Awareness; Civil Rights Awareness ; Activism Awareness; Justice e Political Awareness* - ou em português, respectivamente: Sensibilização da consciência; Conscientização de Direitos Humanos; Conscientização sobre ativismo; Justiça e Conscientização Política. Pode se observar então que o *hip-hop* surge como uma ferramenta da população marginalizada para lutar por mudança social apresentar resistência diante de um sistema extremamente violento: “*Hip Hop is more than art, but is a social movement that values art as a form of disrupting the norm and creating dialogue that encourages societal change*”⁸ (REESE, 2019).Torna-se importante destacar aqui os ideais e princípios do *hip-hop* uma vez que, associar essa “tipologia cultural” com violência e criminalidade vem sendo uma tendência da mídia ocidental - o que pode ser observado com a associação que foi feita entre o rap nacional e os arrastões no Rio de Janeiro (POSTALI, 2010).

O movimento foi atravessando muitas fronteiras se multiplicando em muitas variações, se popularizando ao redor do mundo inteiro, ganhando também uma vertente brasileira que veio como forma de se manifestar politicamente e foi acompanhada pela formação de coletivos denominados “*posses*” que foram surgindo em diversas regiões do país (GOIZ, 2016).Os jovens da periferia, maioria negros começaram então a se utilizar do *hip-hop* como maneira de manifestações e contra um Estado que criminaliza a pobreza e os submete a marginalização de seus corpos (GOIZ,2016).Considerado como um marco do rap nacional, o lançamento do grupo Racionais Mc 's que na década de 80 (GOIZ, 2016) apresentavam uma visão crítica do mundo fez história, e hoje o gênero musical e a cultura do *hip-hop* vêm se

⁸ Tradução livre: “Hip Hop é mais do que arte, mas um movimento social que valoriza a arte como uma forma de romper a norma social e criar diálogo que encoraja a mudança social”(REESE, 2019)

diversificando cada vez mais. Os ideais do *hip-hop* buscam disseminar conhecimento e ideais como “conhecimento, sabedoria, entendimento, liberdade, justiça, igualdade, paz, união, amor, respeito e responsabilidade através da recreação” e tem nas produções brasileiras a educação como tema recorrente (POSTALI, 2010).

Tendo em vista a hipótese de que as manifestações culturais que se fazem presentes dentro da periferia são para a população, um modo de resistir, torna-se necessário discutir aqui sobre o surgimento dos bailes dentro da periferia e qual a relevância dessas manifestações para a manutenção da cultura produzida dentro da periferia. Afinal de contas é possível notar que desde a abolição da escravidão associações desse gênero tem sido utilizadas pelo sujeito periférico como forma de resistência contra o preconceito racial (PLÁCIDO, 2019).

Para obter maior compreensão sobre como a resistência do povo negro e periférico brasileiro é preciso olhar novamente para as políticas de mestiçagem que se baseavam com o racismo científico, e que, tinham como objetivo o embranquecimento da população brasileira, uma vez que, por muitos diversas políticas públicas brasileiras foram direcionadas à efetivação de exclusão e eliminação dessa população afro-brasileira - que, foi impedida de ter acesso a direitos básicos como educação, saúde pública, moradia e participação política - o que levou à diversos protestos conectados às associações negras brasileiras que estava, ligadas a atividades recreativas que aconteciam, em São Paulo, nos denominados “salões da raça” , que surgem como resposta à proibição da entrada de negros em bares da região (PLÁCIDO, 2019).

Apesar de ter o lazer como um de seus grandes pilares, as associações negras, que tinham como um de seus objetivos o “reerguimento da raça negra” , também trabalharam para promover a educação, o conforto e informação – para além de criar um ambiente de lazer mais seguro e confortável para os negros (PLÁCIDO, 2019). É possível notar a presença dos bailes já no início do século XX em anúncios dos periódicos distribuídos pela imprensa negra paulista⁹, e, a realização de bailes continuou sendo parte das ações do movimento negro ao longo dos anos – a Frente Negra Brasileira, importante organização do movimento negro

⁹ Se tratava de um jornal feito por aqueles que conseguiram de alguma maneira ter acesso à educação superior , e, caracterizado – entre outras coisas – por sua circulação restrita que era distribuído cuidadosamente pelas associações negras entre os membros da comunidade, que, veio como maneira de resistir e combater o que era chamado de “preconceito de cor” (PLÁCIDO, 2019).

paulista, que pautava importantes manifestações em prol de uma “segunda abolição” continuou realizando os bailes ainda nos anos 30, décadas depois da abolição da escravidão (PLÁCIDO, 2019). Já nessa época, os bailes que viunham como alternativa às casas noturnas que impedia a entrada dos negros, já eram brutalmente reprimidos pela polícia, muitas vezes amparados pela lei, com a justificativa de vadiagem ou perturbação da ordem pública (PLÁCIDO, 2019). Observa-se então ao olhar para essa dinâmica que a repressão policial já é tática antiga da polícia brasileira para “lidar” com a população negra e periférica, nesse caso restringindo mais ainda – uma vez que a dimensão espacial da periferia já contribui em parte para esse processo – seu direito à lazer e cultura :

“[...] a história da vida associativa dos negros da cidade de São Paulo, bem como formas organizativas por eles adotadas secretamente – como a capoeira, e o candomblé; outras, como as irmandades religiosas, organizadas sob o status canônico da igreja católica, eram públicas e consentidas pela sociedade em geral. Todas tinham como objetivo satisfazer as necessidades culturais, religiosas econômicas e humanas de uma população negra que vivia e trabalhava em condições de exploração humana.”

(PLÁCIDO, 2019)

A literatura marginal, movimento cultural que surgiu no Brasil durante a ditadura militar é um movimento que veio de “autores residentes em comunidades socialmente marginalizadas” (GOIZ, 2016) é um movimento que se relaciona à construção identitária dentro das periferias brasileiras e se caracteriza por sua demanda por mudança social e resistência à repressão, além de linguagem características e estilo inconfundível :

“[...] a literatura marginal se caracteriza por um movimento literário e identitário da periferia, a linguagem adotada nas obras é coloquial, composta por ironias, gírias e críticas sociais, desvinculada dos conceitos tradicionais de linguagem culta, inicialmente denominadas como ideais pelas elites econômicas e culturais. Não existe espaço para preconceito linguístico na literatura marginal”

(GOIZ, 2016)

Observa-se então, que os artistas se utilizam da literatura marginal como questionar estruturas sociais, e nessa linha, é possível notar também que esse tipo de manifestação cultural exerce um grande papel na construção da cultura periférica como um todo, uma vez que ele visa denunciar a marginalidade vivida pelo sujeito periférico e “compor questionamentos sobre a ordem política e social” (GOIZ, 2016). Goiz destaca em sua obra, onde destrincha alguns fatores importantes para a compreensão da identidade marginal, o fato de que as ações culturais que vêm acontecendo nas periferias ao longo dos anos evidenciam como a favela também é produtora e consumidora de cultura (GOIZ, 2016).

Conclui-se então que a maneira que a experiência em comunidade é moldada pelas estruturas sociais afeta todos os âmbitos da vida dos cidadãos, e que, os deixa à margem da sociedade sem poder desfrutar da solidariedade que a vida em comunhão traz, faz com que a transformação social seja uma urgência da população sujeita às condições da periferia (SVARTMAN; GALEÃO, 2016, em PLÁCIDO, 2019).

4. CONCLUSÃO :

Este trabalho se propôs a investigar a relação entre as estruturas sociais e a formação identitária do sujeito periférico brasileiro, partindo do pressuposto que o funcionamento da sociedade interfere na experiência daqueles que nela vivem. Ao decorrer do texto busquei obter maior compreensão a respeito dos fenômenos sociais que permeiam não apenas o solo brasileiro, mas vem moldando vivências ao redor do planeta por anos, e que apesar de sua tática brutal, não consegue calar o rugido que urge dentro do peito daqueles que precisam resistir para sobreviver. Apesar de diversas vezes salientar a influência que a ação brutal do Estado exerce sobre os corpos periféricos, o debate aqui trazido busca contrapor a ideia de que esses sujeitos são variantes passivas no processo identitário, aqui a ideia principal é de que o sujeito periférico participa ativamente do seu processo de formação de identidade, utilizando-a como meio de resistência, partindo assim da ideia de que a formação de

identidade é dialética e descende de um processo denominado “hibridismo” (BHABHA em COSTA, 2005)

Ao longo do debate percorrido no presente trabalho, foi possível notar que as manifestações culturais que advêm da periferia chegam ao mundo carregadas de demandas dessa população que é sujeitada a viver nas margens da sociedade, sendo privada de direitos básicos e alvo de um Estado que teria a responsabilidade de protegê-los. Dessa forma, compreende-se aqui, que, as manifestações culturais são parte primordial da construção da identidade periférica — que surge como meio de resistência. Assim, muitos movimentos sociais tem como características as manifestações culturais, ou possuem como pauta o direito de se manifestar culturalmente, exercendo assim o direito de existir, socializar e estar vivo, ao longo do texto foi possível observar que para além da manifestação política surgir em movimentos culturais como o *hip-hop*, literatura marginal e os bailes da região de São Paulo, movimentos sociais como o “feminismo periférico” pautam o direito a cultura, não apenas como meio de lazer mas como método para proteger seu território — que vive sob constante ataque — e mantê-lo vivo (AQUINO, 2021).

Diante dessas conclusões é necessário destacar a urgente necessidade que se refere ao direito de se expressar, assim, entende-se aqui que a criação de políticas públicas para a melhora das condições de vida, acesso aos direitos básicos e acesso à cultura são necessárias dentro da periferia, que tem sua cultura cada vez mais criminalizada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

ALMEIDA, João Ferreira(1984). **Temas e conceitos da estratificação social**. Vol. 20, No. 81/82(1984), pp. 167-190.

ALVES, Jaime Amparo. **Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo**. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v. 22, p. 108–134, 2011.

AQUINO, Ana Carla de Lima. (2021). **Da geografia feminista à Mulher periférica na Atualidade**. VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y Caribe Espirales, Edição Especial, Janeiro 2021.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. *Cadernos CRH*, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BHABHA, Homi. (1994), **The location of culture**. Londres/Nova York, Routledge.

BRASIL. **População de favela é mais negra e jovem que restante do país**. *Agência Brasil – EBC*, 08 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/populacao-de-favela-e-mais-negra-e-jovem-que-restante-do-pais>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. **Police use of deadly force in the State of São Paulo**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública / Fundação Getulio Vargas, 2019.

CABRAL, Sergio. **Cabral apóia aborto e diz que favela é “fábrica de produzir marginal”**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm>. Acesso em: 03 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Summus Editorial, 2011.

CASA DO SABER. *Michel Foucault*. Disponível em: <https://www.casadosaber.com.br/autores/michel-foucault>. Acesso em: 04 nov. 2025

CÉLLERI, Daniela; SCHWARZ, Tobias; WITTGER, Bea (eds.). *Interdependencies of social categorisations*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2013. (Ethnicity, Citizenship and Belonging in Latin America).

COSTA, Ajulia. *Toc Toc Toc* [vídeo]. Publicado por: Ajuliacosta (canal oficial), 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q8KphsAcY_o&list=RDq8KphsAcY_o&start_radio=1. Acesso em: 04 nov. 2025.

COSTA, Sérgio (2005). **Desprovincializando a Sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 21. No 60. pp 117 - 183.

COSTA, Sérgio. **Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina**. In: COSTA, Sérgio. *Desigualdades interdependentes: raça, classe e gênero na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 83–105

COSTA, Sérgio. *Desiguais e divididos: dimensões da desigualdade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

COSTA, Sérgio. Capítulo 1 – **Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil**. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019. p. 53 - 77 . ISBN 978-85-7811-353-7.

CUNHA, Lucas; ARAÚJO, Victor. **Sistemas políticos na América do Sul no contexto da “maré rosa”: democracia, estabilidade e governança no século XXI**. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 5, n. 2, 2014. ISSN 2236-451X.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FARIAS, Juliana. *O que tanques de guerra e veto de absorventes têm em comum?* Le Monde Diplomatique Brasil, 18 out. 2021. Disponível em:

<https://diplomatie.org.br/o-que-tanques-de-guerra-e-veto-de-absorventes-tem-em-comum/>.

Acesso em: 03 nov. 2025.

GOIZ, Juliana de Almeida. **Identidade marginal: processos culturais na periferia**. Revista Convergência Crítica, n. 8, 2016.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA: VARIAÇÕES FOUCAULTIANAS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO**. Sapere Aude, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 194–210, 2016. DOI: 10.5752/P.2177-6342.2016v7n13p194. Disponível em:

<https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/P.2177-6342.2016v7n13p194>.

Acesso em: 4 nov. 2025.

HILL, Lauryn. *Every ghetto, every city* [vídeo]. New York: Ruffhouse Records; Columbia Records, 1998. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=73GkHBgOKDM&list=RD73GkHBgOKDM&start_radio=1 . Acesso em: 04 nov. 2025.

MAYER, Carl (1975). **Max Weber's Interpretation of Karl Marx**. Social Research, Vol. 42, No. 4, Charisma, Legitimacy, Ideology and Other Weberian Themes (WINTER 1975), pp. 701-719

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

ONAWALE, Landê. *Sankofa território é o que carrego... território é o que carrego em mim e me transporta para onde eu vim*. Disponível em:

<https://www.pensador.com/frase/MzQ1Nzg2MA/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PENSADOR. *Tem que acreditar Desde cedo a mãe da... Racionais MC 's* . Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTM3MDQ1/>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PLÁCIDO, Ricardo do Ó. **Territórios negros: cartografias e etnicidades na experiência do rap paulistano (1970-1990)**. Versão corrigida. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, 2019. Dissertação (Mestrado).

POSTALI, Thífani. **Comunicação e hip hop no Cone Sul Americano: surgimento e tradução cultural brasileira.** *Encuentros*, Barranquilla, v. 8, n. 16, p. 11-20, jul./dez. 2010.

RACIONAIS MC'S. *Nego drama* [vídeo]. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s&list=RDtWSr-NDZI4s&start_radio=1. Acesso em: 04 nov. 2025.

REGINA, Jéssica. *A preta que sou: me olhei no espelho e me vi preta! ... O Poder na Palavra!*, 2010. Disponível em: <https://www.podernapalavra.com.br/?Secao=Texto&Texto=14926>. Acesso em: 05 nov. 2025.

REESE, Eric. *The History of Hip Hop. Volume 2.* [S.l.]: Eric Reese, 2019. 202 p. ISBN 978-1925988017